GOVERNO DE PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

CINEMATECA PORTUGUESA-MUSEU DO CINEMA, I.P.

cinemateca portuguesa
MUSEU DO CINEMA

Relatório de Atividades e Contas

2014

Índice

Índice 2
Lista de Quadros 4
Lista de Figuras 4
Lista de Siglas e Acrónimos 5

2

I. Nota Introdutória 6
I.1. Caracterização 7
I.1.1. Missão e Atribuições 8
I.1.2. Estrutura Orgânica e Funcional 9

II. Atividades Desenvolvidas 9
II.1. Arquivo Nacional das Imagens em Movimento 9
II.1.1. Aquisições 9
II.1.1.1 Coleção Fílmica 9
II.1.1.2 Coleção Vídeo 10
II.1.2. Preservação / Restauro 11
II.1.3. Catalogação 11
II.1.4. Acesso 11
II.2. Departamento de Divulgação e Exposição Permanente 12
II.2.1. Exibições 12
II.2.2. Exposição de Pré-Cinema – Cinemateca Júnior 14
II.2.3. Exposições 14
II.2.4. Centro de Documentação e Informação 15
II.2.5. Publicações 16
II.2.6. Visitantes 16
II.2.7. Relações Internacionais 17
II.3. Divisão de Gestão 17
II.3.1. Recursos Humanos e Gestão Administrativa 18

II.3.2. Aprovisionamento e Património 18

II.3.1. Planeamento, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria 18

III. Quadro de Avaliação e Responsabilização 19

IV. Recursos utilizados 19

IV.1. Recursos Humanos 19

IV.2. Recursos Financeiros 20

V. Demonstrações Financeiras 24

V.1. Balanço em 31/12/2014 24

V.2. Demonstração de Resultados em 31/12/2014 27

VI. Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 28

VI.1. Caracterização da entidade 29

VI.1.1. Identificação 29

VI.1.2. Legislação 29

VI.1.3. Estrutura Organizacional 29

VI.1.4.Atividades 30

VI.1.5. Recursos Humanos 30

VI.1.6. Organização Contabilística 30

VI.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 31

VI.2.1. Principais políticas e critérios contabilísticos 32

VI.2.2. e VI.2.3. Movimentos no ativo imobilizado 33

VI.2.4. Movimentos das provisões 35

VI.2.5. Movimentos e, rubricas de fundos próprios 36

VI.2.6. Demonstração dos Resultados financeiros 37

VI.2.7. Demonstração dos Resultados Extraordinários 38

VI.3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução 39

VI.3.1. Mapas de Execução Orçamental 39

VI.3.1.1 Controlo Orçamental da Despesa 39

VI.3.1.2. Controlo Orçamental da Receita 40

VI.3.1.3 Fluxos de Caixa 41

VII. Balanço Social 2014 46

Lista de Quadros

Quadro 1. Orçamento da receita 2014 20

Quadro 2. Orçamento da despesa 2014 21

Quadro 3. Saldos Orçamentais 2014 22

Lista de Figuras

Figura 1. Organograma da CP-MC 9

Figura 2. Comparação do número de títulos em formato de película 10

Figura 3. Comparação do número de sessões 12

Figura 4. Distribuição das sessões entre longas e curtas-metragens 13

Figura 5. Distribuição dos espectadores de cinema da Cinemateca Júnior 14

Figura 6. Produção de matrizes digitais bíblio-iconográficas 15

Figura 7. Colaboradores da CP-MC em 2014 19

Figura 8. Origem da receita em 2014 22

Figura 9. Despesa por agrupamento em 2014 23

Lista de Siglas e Acrónimos

AB	Ativo Bruto
ACE	Agrupamento Complementar de Empresas
ACE	Associação das Cinematecas Europeias
AL	Ativo Líquido
ANIM	Arquivo Nacional das Imagens em Movimento
AP	Amortizações e Provisões Acumuladas
CCP	Casa do Cinema do Porto
CDI	Centro de Documentação e Informação
CIP	Programa Quadro para a Competitividade e Inovação
CJ	Cinemateca Júnior
CP-MC	Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I.P.
DDEP	Departamento de Divulgação e Exposição Permanente
DG	Divisão de Gestão
EPE	Entidade Pública Empresarial
FEADER	Fundo Europeu de Apoio ao Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FIAF	Federação Internacional dos Arquivos Fílmicos
IBC	Feira de Tecnologia e Vídeo
ICA	Instituto do Cinema e Audiovisual
IP	Instituto Público
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LOE	Lei do Orçamento de Estado
N.º	Número
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PGPIE	Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RA	Relatório de Atividades
RH	Recursos Humanos
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIAG-AP	Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SIOE	Sistema de Informação de Organização do Estado
UO	Unidade Orgânica

I. Nota Introdutória

A anterior diretora Maria João Seixas reformou-se em dezembro de 2013, assumindo o então subdiretor, José Manuel Costa o lugar de diretor interino enquanto o concurso de recrutamento para os cargos de direção superior lançado pela CRESAP em Agosto de 2013 não terminava. Foi no início do mês de Fevereiro de 2014 que José Manuel Costa e Rui Machado foram nomeados por Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura, respetivamente como diretor e subdiretor, iniciando-se assim um novo ciclo diretivo.

Ambos trabalhavam já na Cinemateca há vários anos, o diretor desde 1975 tendo assumido ao longo dos anos diversos postos em áreas tão diferentes como a documentação, a programação e a conservação. Foi responsável pela conceção, estruturação e coordenação do departamento do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento, inaugurado em 1996. Desempenhou simultaneamente vários cargos na FIAF (Federação Internacional dos Arquivos Fílmicos) onde foi membro do Comité Executivo de 1993 a 1995 e também na ACE (Associação das Cinematecas Europeias) tendo sido Presidente da Associação Projeto Lumière entre 1991 e 1996, Presidente do Comité Executivo da Associação das Cinematecas Europeias (ACE) desde a criação desta, em 1996, até 1998 e membro do Comité Executivo entre 1998 e 2005. O subdiretor, entrou na Cinemateca em 1990 como técnico de conservação, tornando-se em 2000 diretor do ANIM.

Após a nomeação a nova direção traçou um plano com as opções estratégicas e os projetos de atividade a realizar no futuro próximo, que foi dado a conhecer em conferência de imprensa que teve lugar no Dia Mundial do Património Audiovisual, a 27 de outubro.

Deste plano, a ser implementando ao longo dos próximos anos destacam-se: (1) a clarificação museológica quanto à utilização das tecnologias analógica e digital na conservação e divulgação do património cinematográfico do séc. XX; (2) respondendo às necessidades de descentralização, a criação de uma rede de projeção em sala com tecnologia digital de alta definição separada da vertente museológica; (3) um plano de produção de matrizes digitais de alta definição do cinema português; (4) o desenvolvimento da Cinemateca *on line*; (5) Protocolo com o laboratório CINERIC, Laboratório de restauro analógico e digital; (6) Nova grelha de programação das sessões apresentadas nas duas salas da sede; (7) Novas edições bibliográficas e de DVD; (8) A criação da nova "Associação Amigos da Cinemateca".

Dispondo de um orçamento reduzido, à semelhança do sucedido em 2013, a Cinemateca dispôs de uma dotação extraordinária do Fundo de Fomento Cultural atribuída por Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura, o que permitiu o início destes projetos ou destas linhas de orientação enquanto, simultaneamente, eram desenvolvidas as atividades regulares de preservação e de programação de acordo com um perfil de significativa contenção de custos.

I.1. Caracterização

Em 2007 a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, IP, adiante CP-MC, foi integrada no subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central, sendo tutelada pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC). A sua atividade é regulamentada pelos Estatutos da Cinemateca, aprovados pela Portaria n.º 374/2007, de 30 de março e, nos termos definidos na sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, em que são órgãos da CP-MC o Diretor, coadjuvado por dois Subdiretores, e o Fiscal Único. Na prática, a alteração preconizada pelo Decreto-Lei n.º 59/2010, de 7 de junho, que criava a Casa do Cinema do Porto (CCP), apesar de não ter sido revogada, foi-o tacitamente ao ter sido afeto à Direção Regional de Cultura do Norte o local designado para a instalação da CCP (Palacete Vilar d'Allen), refletindo-se a vacatura de um cargo de Subdiretor, criado para a então CCP. Assim, são atualmente órgãos efetivos o Diretor, um Subdiretor e o Fiscal Único.

O ano de 2012, contudo, caracterizou-se por ser um ano de grande instabilidade orgânica para a CP-MC: esta entidade foi selecionada, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), como um dos organismos a extinguir/fundir. O Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), concretizou a intenção de reestruturação, preconizando a transição do enquadramento estatutário da Cinemateca para Entidade Pública Empresarial (EPE). Este diploma veio iniciar a racionalização das estruturas da PCM e definiu, no seu artigo 44.º, a externalização do setor empresarial do Estado na área da cultura, nomeadamente através da aprovação de uma nova natureza jurídica para a Cinemateca como EPE. Atendendo ao exposto no artigo 48.º do referido diploma, previu-se a aprovação da Lei Orgânica da Cinemateca como EPE em 60 dias – passando a referida EPE a integrar um Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) que incluiria no seu objeto a prestação de serviços partilhados no domínio da contratação de bens e serviços.

Porém, só a 7 de setembro, com a publicação do Decreto-Lei n.º 208/2012, a CP-MC, IP foi transformada em EPE – disposição com efeitos a partir de 1 de outubro de 2012.

Perante todas as indefinições que envolveram a reestruturação referida, a CP-MC não pode transitar de facto para EPE até ao final do ano de 2012: não se registou como EPE, não inscreveu o capital estatutário devido, não viu nomeado o seu Administrador Único, não materializou a opção dos trabalhadores pelo Contrato Individual de Trabalho, nem viu aprovado o contrato constitutivo do ACE – entretanto denominado Gescult — Serviços Partilhados da Cultura, ACE.

Assim foi decorrendo todo o ano de 2012, esperando-se, em cada mês, uma transição que acabou por se lograr. Em consequência, a CP-MC evitou, por um lado, tomar decisões gestionárias em que fossem assumidos encargos eventualmente redundantes ou mesmo inexequíveis no âmbito do novo diploma orgânico a ser publicado mas, por outro lado, foi obrigada a fazer escolhas inadiáveis, tendo-o feito no pressuposto da alteração estatutária do organismo e da sua integração no Gescult, o qual incluiria no seu objeto a prestação de serviços partilhados no domínio da contratação de bens e serviços.

A instabilidade orgânica criada na sequência do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) perdurou em 2013: nos termos do Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema devia ter integrado, em 2013, o Setor Empresarial do Estado. No entanto, o artigo 78.º do Decreto de Execução Orçamental, aprovado através do DL 36/2013, de 11 de março, suspendeu a vigência do DL 208/2012, pelo que no 2.º trimestre a

Cinemateca inscreveu o seu orçamento na orgânica que de facto lhe estava destinada neste ano económico.

I.1.1. Missão e Atribuições

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, bem como nos termos do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 208/2012, que aprovaram a regulamentação orgânica e funcional da CP-MC, esta tem por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

São atribuições da CP-MC:

a) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e quaisquer outras imagens em movimento de produção portuguesa ou equiparada, independentemente da forma de aquisição, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, no interesse da salvaguarda do património artístico e histórico português;

b) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e outras imagens em movimento de produção internacional, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, selecionadas segundo a sua importância como obras de arte, documentos históricos ou de interesse científico, técnico ou didático;

c) Promover a exibição regular de obras da sua coleção ou de outras com as mesmas características que lhe sejam temporariamente cedidas por terceiros;

d) Promover a componente museográfica do património fílmico e audiovisual;

e) Estabelecer protocolos de colaboração e apoio e contratos de prestação de serviços com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, no âmbito da museologia cinematográfica;

f) Promover a sua filiação em entidades internacionais que se proponham a defesa dos arquivos e museus cinematográficos;

g) Promover a exposição e o acesso público à sua coleção para fins de divulgação, estudo e investigação, sem prejuízo dos objetivos de preservação do património, dos direitos dos depositantes e da legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos em vigor;

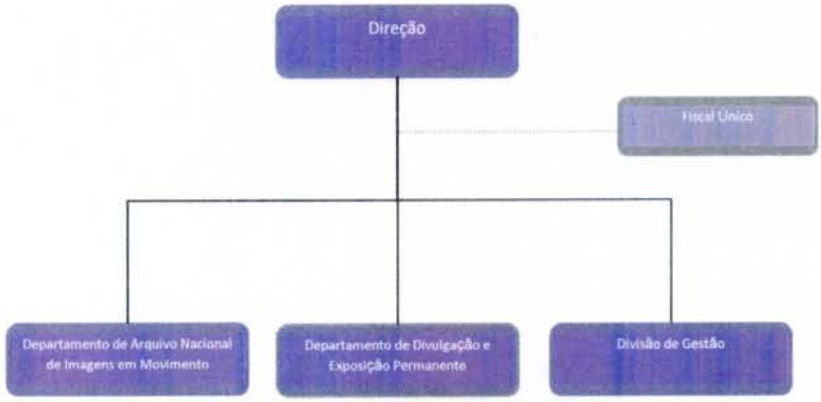
h) Promover a investigação, a formação, a edição e a publicação de obras relacionadas com a história, estética e técnica cinematográfica;

i) Incentivar a difusão e promoção não comercial do cinema e do audiovisual, nomeadamente através do apoio às atividades dos cineclubes e aos festivais de cinema e vídeo.

I.1.2. Estrutura Orgânica e Funcional

Conforme definido na Portaria n.º 374/2007, de 30 de março (Estatutos), a estrutura orgânica da CP-MC é a apresentada na Figura 1:

Figura 1. Organograma da CP-MC



Serviços Centrais

II. Atividades Desenvolvidas

Apresentam-se em seguida as atividades desenvolvidas pelas 3 unidades orgânicas da CP-MC: Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), Departamento de Divulgação e Exposição Permanente (DDEP) e Divisão de Gestão (DG).

II.1. Arquivo Nacional das Imagens em Movimento

Destacam-se como atividades do ANIM em 2014 as seguintes:

II.1.1. Aquisições

II.1.1.1. Coleção Fílmica

Em 2014 foram acrescentados à nossa coleção **1.617** novos títulos e um total de **2.449** materiais fílmicos deram entrada na base de dados de existências no arquivo da Cinemateca.

Ambos estes números provêm parcialmente de entradas na coleção de processos de aquisição entrados no ANIM em anos anteriores e ainda não tratados até 2014, sendo que a restante parte diz respeito a títulos provenientes de processos de aquisição entrados e tratados durante este ano. Também alguns destes últimos processos ainda não foram identificados na sua totalidade, pelo que a contagem de títulos remanescentes ainda não identificados/catalogados só entrará em anos futuros. Relativamente ao número materiais fílmicos entrados na coleção em 2014, dizem apenas respeito aos materiais identificados e catalogados durante este ano, quer sejam referentes a novos títulos ou de títulos já identificados anteriormente a este ano.

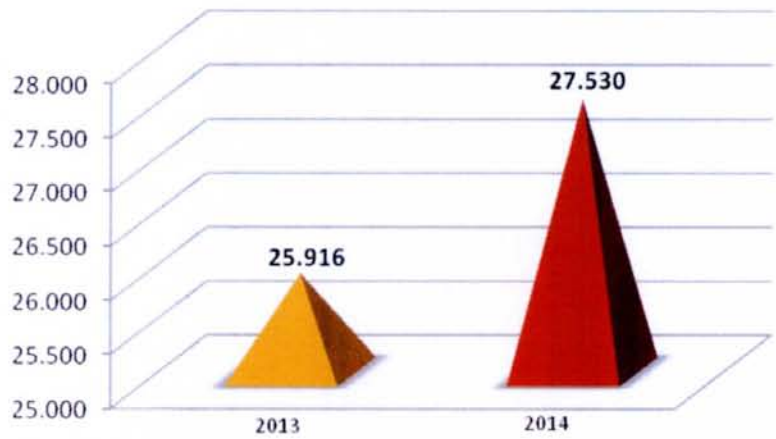
Em 2014, foram abertos **79** processos relativos a aquisições, sobretudo depósitos e doações e ofertas, e uma única aquisição de um fundo de cópias de distribuição francesa. Foram registados **33** atos de entrada de materiais.

Tal como em anos anteriores, e na sequência do processo de reconversão do circuito de exibição comercial para o novo sistema digital, continuámos a receber em depósito algumas coleções em suporte analógico, como a do maior distribuidor português, agora designado NOS.

Tem igualmente sido crescente o depósito voluntário pelos seus realizadores de novas produções cinematográficas em suporte digital.

A Cinemateca Portuguesa tinha no final de 2014, na sua Base de Dados, **27.530** diferentes títulos com suportes originais em película.

Figura 2. Comparação do número de títulos em formato de película



Fonte: ANIM

II.1.1.2. Coleção Vídeo

Em 2014 entraram **766** novos títulos, sendo que no final do dia 31 de Dezembro, o total de títulos em formato original vídeo era de **6.615** títulos.

Os restantes materiais entrados este ano pertencem a títulos já existentes na coleção antes de 2014.

Durante este ano entraram **2.712** masters e elementos de tiragem, correspondentes a originais vídeo entretanto depositados e trabalhados na Base de dados, bem como de suportes vídeo provenientes de filmes que foram telecinados no ANIM, crescendo a nossa coleção nestas categorias para um total de **30.108** materiais.

Em 2014 continuou-se com a política de digitalização em ficheiro da nossa coleção de matrizes em suporte de vídeo. Durante este ano foram criados **484** ficheiros-matrizes no formato AVI, com respetivo ficheiro derivado, havendo no final do ano um total de **1.377** ficheiros.

II.1.2. Preservação/Restauro

Tal como se verificou em anos anteriores, 2014 foi um ano em que não foram disponibilizadas pelo estado português verbas dos programas destinados aos diversos universos de preservação que temos trabalhado no passado. Apesar dessa limitação de financiamento e através do recurso do orçamento de funcionamento, foram ainda assim preservados/restaurados **42** títulos. A maioria incidiu sobre o universo das curtas-metragens, destacando-se a preservação de um conjunto de filmes provenientes de uma coleção de filmes amadores no formato 16mm da década de 30 (Coleção Cúria), em que ainda uma grande parte se encontra por preservar. Outro conjunto de curtas que foi preservado este ano foi aquele que de cujos títulos tinham sido produzidas recentemente cópias diretas a partir dos originais, e cujo trabalho restante de preservação (produção de interpositivo de imagem e positivo de som) poderia ser feito, aproveitando-se grande parte do trabalho na produção da referida cópia (reparação dos originais e *etalonagem*). Assim, a maioria das curtas coloridas de António de Macedo foram preservadas durante 2014 (tinham sido produzidas recentemente cópias para o ciclo de homenagem da Cinemateca a este realizador).

Tal como em anos anteriores, continuou-se a apostar nas parcerias com instituições externas para a realização de alguns trabalhos de preservação com patrocínio, destacando-se destes o protocolo com a Câmara Municipal de Cascais para a preservação de duas curtas-metragens sobre este município.

Por fim, e tal como em anos anteriores, há assinalar um conjunto de tiragem de novas cópias de diversos filmes para serem exibidas em alguns eventos da programação da Cinemateca (um conjunto de curtas alusivas à Revolução de Abril, cópias de filmes do realizador Joaquim Pinto, entre outras).

II.1.3. Catalogação

Um total de **2.383** entradas foi acrescentado à nossa Base de dados durante 2014. Existindo no final do ano um total de **34.145** títulos, filme e vídeo, em todos os formatos, com a descrição técnica dos materiais respetivos, registo do seu uso e a sua condição física, assim como a informação dos detentores de direitos conhecidos.

II.1.4. Acesso

Um total de **1.693** cópias foi disponibilizado pelo departamento ANIM para acesso, tanto por pesquisadores individuais nas nossas instalações, como para fins culturais, fora da nossa própria atividade de programação. Em película foram acedidas **386** cópias, em vídeo **847** e em ficheiro **460**. A tendência dos próximos anos passará pelo aumento deste último número em detrimento dos outros dois anteriores. No entanto, para os investigadores e estudantes da área de cinema continuamos com a política de aceder, apenas e só, cópias em suporte película.

A cooperação externa desenvolveu-se ao longo do ano com **43** empréstimos de cópias correspondendo esse número a **177** cópias emprestadas. Apesar do número de empréstimos ter sido ligeiramente inferior ao do ano anterior, o número de materiais emprestados aumentou.

No seguimento do que vem acontecendo em anos anteriores, os nossos parceiros da FIAF encontram-se ainda em minoria, comparando com o número de empréstimos a outras entidades (festivais de cinema, centros culturais nacionais e estrangeiros, e/ou fundações e cineclubes).

Efetuaram-se **10** cedências aos nossos colegas da FIAF (a alguns deles mais do que uma cedência ao longo do ano): Cinémathèque Française; Israel Film Archive; IVAC/La Filmoteca; Harvard Film Archive – Harvard University; Filmoteca Española; Danish Film Institute; Austrian Film Archive (Viennale - Vienna International Film Festival).

Entre as outras entidades estrangeiras que receberam filmes nossos mencionamos: Kinemathek Hamburg; IBAFF Festival Internacional de Cine de Murcia; Cinéma du Réel; Contemporary Art Centre (Lituânia); Bafici - Buenos Aires Festival Internacional de Cine Independiente; Nouveau Cine-Club; Embaixada de Portugal em Seul / Cinémathèque Seoul Art Cinema; La Maison de L'Image; Film Society of Lincoln Center; Arsenal - Insitut fur film und videokunst e.V.; MALBA - Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires.

Das instituições nacionais que receberam filmes da nossa coleção mencionamos: Fantasporto - Festival Internacional de Cinema do Porto; Rosa Filmes (Harvard na Gulbenkian); Associação Luzlinar; Medeia Filmes; Câmara Municipal da Moita; Cineclube de Tomar; Fundação de Serralves; Câmara Municipal de Lisboa; Curtas Vila do Conde; Alambique; Figura Nacional - Associação Cultural / Egeac; MOTELx - Festival Internacional de Cinema de Terror de Lisboa; Companhia de Teatro de Almada; Figueira Film Art; Apdarc - Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do Côa e Douro Superior (Cinecoa); Cineclube da Universidade de Évora; Cineclube de Guimarães; Lisbon & Estoril Film Festival; Cineclube de Fafe; Apordoc (Doclisboa - Festival Internacional de Cinema).

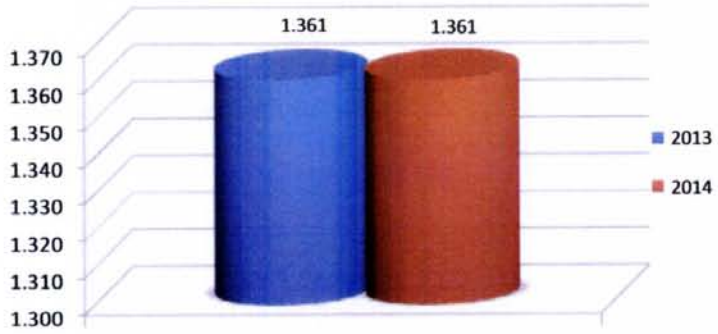
II.2. Departamento de Divulgação e Exposição Permanente

Destacam-se como atividades do DDEP em 2014 as seguintes:

II.2.1. Exibições

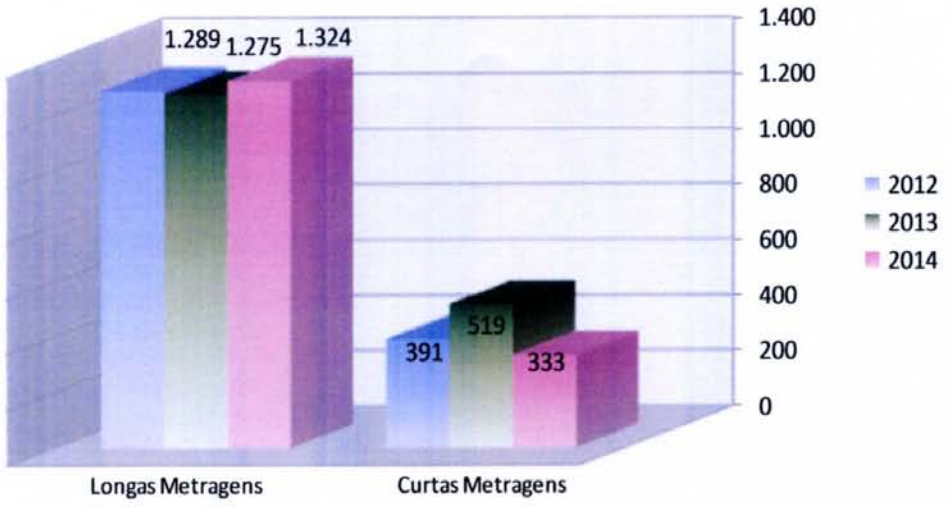
Do dia 2 de janeiro até ao final do ano de 2014, programámos para um total de **1.361** sessões (**1.324** longas metragens e **333** curtas-metragens, **1.657** títulos) – ver Figuras 3 e 4. O total de espectadores das duas salas da Sede foi de **47.655**.

Figura 3. Comparação do número de sessões



Fonte: DDEP

Figura 4. Distribuição das sessões entre longas e curtas-metragens



Fonte: DDEP

Mantivemos a distribuição gratuita de uma "Folha de Sala" por cada sessão, com informação sobre o filme bem como pequena análise crítica e histórica do(s) filme(s) exibido(s).

Organizámos alguns Ciclos e Retrospetivas cuja importância merece destaque:

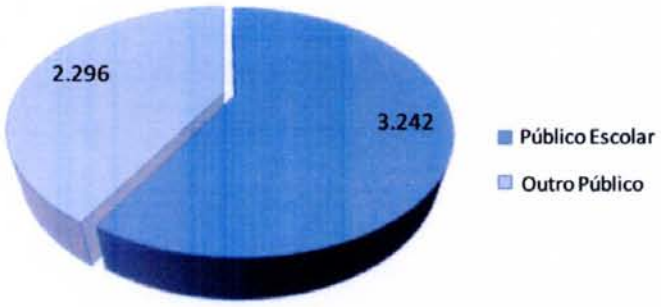
- Jon Jost (fevereiro) – retrospetiva do trabalho do realizador Jon Jost, de 1993 até ao presente. Todas as sessões foram apresentadas pelo realizador.
- Paulo Rocha e Fernando Lopes, "Uma Espécie de Gémeos Diferentes" (Março) – retrospetiva integral da obra dos dois realizadores portugueses pioneiros do Cinema Novo.
- 25 de Abril, Sempre (Abril-Maio): a mais completa retrospetiva dividida em duas partes por ocasião do 40º aniversário desta data. Primeira parte abarcando filmes realizados antes da Revolução; o cinema militante, os registos históricos que circularam em todo o mundo. Segunda parte os primeiros ecos da Revolução e os filmes realizados após esta (refletindo as transformações e algumas imagens amadoras realizadas em Super 8.
- Mario Bava (Abril): retrospetiva parcial em colaboração com 8 e ½ - Festival de Cinema Italiano;
- António da Cunha Telles – Continuar a Viver (Junho-Julho): retrospetiva da vasta obra de António da Cunha Telles enquanto realizador, produtor e distribuidor
- E Agora? Lembrando Joaquim Pinto & Nuno Leonel (Setembro): retrospetiva do trabalho dos dois realizadores em conjunto e separadamente. As sessões foram preparadas em conjunto com ambos os realizadores que as apresentaram ao público.
- Homenagem a Henri Langlois (Setembro): programa organizado pela Cinémathèque Française mostrando as várias facetas de Langlois enquanto programador (a sua paixão por filmes mudos, o filmes que através dele fazem parte a História do Cinema, dialogo com jovens realizadores).
- John Waters (Setembro): Homenagem ao realizador em coorganização com o Festival de Cinema Queer.
- Alain Resnais (outubro): Em colaboração com a 15ª Festa do Cinema Francês: homenagem ao realizador em que foram incluídas obras de diferentes períodos do seu trabalho e onde se incluíram as antestreias dos seus últimos filmes.
- Johan van der Keuken (outubro/novembro): retrospetiva completa da obra do realizador em colaboração com o Festival DocLisboa 2014.
- Intervalo Para o Conhecimento (outubro): uma série de conferências proferidas pelos autores de teses universitárias sobre temas de arte, apresentando ao público o essencial dessas mesmas teses, em colaboração com a Sociedade de Belas Artes.

- Werner Schroeter (Novembro/Dezembro): retrospetiva integral da obra do realizador, em colaboração com o Goethe Institut e o Filmmuseum München.
- Antestreias (de janeiro a dezembro): Se Eu Fosse Ladrão... Roubava (Paulo Rocha); Baleias e Baleeiros (Luís Bicudo); In Medias Res (Luciana Fina); A Sétima Vida de Gualdino (Filipe Araújo); Pertencemos às Outras Pessoas Quando Estamos na Rua (Pedro Barateiro); Hoje Estamos de Olhos Fechados (Pedro Barateiro); Filmar Cá (Saguenail, Regina Guimarães); Guerra ou Paz (Rui Simões); A Luz Escureceu nos Teus Cabelos (Bruno Carnide); O Bebé (Mohammadreza Hajipour); Bílis Negra (Nuno Sá Pessoa); À Beira do Abismo (Paulo César Fajardo, Nuno Rosso); Synchrotron (Patrick Mendes); Pax América (Joana Lima Martins); Acaso Numa Tarde (Ricardo Machado); A Vida Invisível (Vítor Gonçalves); A Valsa (João Botelho); Quatro (João Botelho); Bibliografia (João Manso, Miguel Manso); Escala (Fábio Penela); Torneranno i Prati (Ermanno Olmi); O Indispensável Treino da Vagueza (Filipa Reis, João Miller Guerra); O Tempo Melhorado (João Dias); Raquel Silvestre, a Pastora (Marina Palácio).

II.2.2. Exposições de Pré-cinema – Cinemateca Júnior

Ao longo do ano de 2014 (excluindo o período de férias entre 13 de julho e 31 de agosto), a Cinemateca Júnior teve um total de 7.579 visitantes. Destes, 5.538 foram espetadores de cinema (3.242 público escolar e 2.296 público não escolar). Foram realizadas 24 visitas guiadas à Exposição Permanente de Pré-cinema para grupos escolares. Tiveram lugar 54 *ateliers* de pré-cinema e cinema com um total de 1.147 participantes.

Figura 5. Distribuição dos espectadores de cinema da Cinemateca Júnior



Fonte: DDEP/CJ

II.2.3. Exposições

Para além da exposição regular de cartazes e fotografias das coleções da Cinemateca alusivas a cada programa mensal e exibidas no espaço de entrada das salas de cinema, organizámos 3 exposições temporárias no espaço "39 Degraus":

- Coleções Imperfeitas (novembro de 2013-janeiro de 2014): exposição sobre a história de algumas coleções relacionadas com o cinema, tais como álbuns de cromos, postais, "os pontos" (fotogramas roubados), objetos efémeros e *memorabilia* associada.

- Cinema Novo Português, Novo Cinema Português (abril a julho de 2014): Exposição de equipamentos, fotografias, cartazes e documentos do chamado "Cinema Novo Português". Um percurso sobre os filmes e os intervenientes do movimento de renovação estética e geracional, de Os Verdes Anos à divulgação do primeiro plano de produção do Instituto Português de Cinema em 1974.

- A Indústria do Desejo: Retratos, Publicidade e Marketing da "Época Dourada" de Hollywood" (setembro a dezembro de 2014): Exposição de provas fotográficas de época representativas das campanhas publicitárias dos estúdios de Hollywood nos anos 30-50.

Na sala dos Carvalhos, e no âmbito da Homenagem a Edmundo Ferreira de Almeida (ver ciclos – outubro de 2014), apresentámos igualmente uma mostra de documentação bíblio-iconográfica ilustrativa da atividade do crítico, produtor, distribuidor e exibidor.

Para além das exposições anteriores, concebidas e produzidas pela Cinemateca, apresentámos igualmente duas outras:

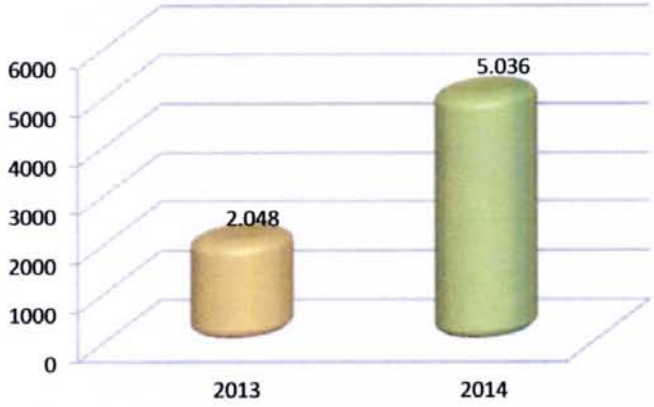
- Entusiasmo: Memórias e Outras Reflexões Sobre o 25 de abril de 1974: Uma instalação de Luís Miguel Castro (25 de abril a 31 de maio).
- Nós os Portugueses (outubro a dezembro de 2014): Composição tipográfica de Luís Miguel Castro a partir de réplicas conhecidas do cinema português.

II.2.4. Centro de Documentação e Informação

Ao longo do ano, o Centro de Documentação e Informação (CDI) prosseguiu as suas principais atividades com vista à manutenção das coleções de recursos "não-filme" que são disponibilizados ao público na Biblioteca, acrescentando mais valia informativa a todos os itens adquiridos nas diversas modalidades de compra, doação, depósito, transferência ou "captura" (no caso dos recursos web) através das operações de registo, catalogação (para o que são utilizadas as *Regras Portuguesas de Catalogação*), indexação (para o que é utilizado o *Thesaurus* da FIAF), classificação (no caso das monografias, com recurso ao esquema de classificação por assuntos elaborado pela FIAF) e arquivo. Sete novos títulos (*catálogo do Festival Toute la Mémoire do Monde*, *Fiches Films-Film Français*, *Lumières*, *Primeiras Imagens*, *Quaderni del Lumière*, *7ª Arte*) foram adicionados ao número de publicações periódicas indexadas (artigo a artigo), sendo o total actual de 331 títulos.

O CDI prosseguiu igualmente as tarefas de digitalização das coleções bibliográficas e iconográficas, com o duplo objetivo de conservação e acesso. Foram produzidas 5.036 matrizes digitais de fotografias de cena, cartazes e cartonados, bem como as respetivas imagens derivadas; e foram produzidas 1.640 novas matrizes digitais de documentos bibliográficos, bem como as respetivas imagens derivadas.

Figura 6. Produção de matrizes digitais bíblio-iconográficas



Fonte DDEP/CDI

A Biblioteca e o Arquivo Fotográfico receberam 929 visitantes, dando acesso a 4.923 documentos.

Ao nível da colaboração com outras entidades nacionais e estrangeiras, e para além dos habituais pedidos de informação à distância, apoios a festivais e organismos congéneres pelo envio de representações digitais de documentação bíblio-iconográfica para os seus eventos, também em 2014 o CDI cedeu temporariamente as suas exposições itinerantes, nomeadamente a exposição «Fotografias de Rodagem do Cinema Português», que foi apresentada em Albergaria-A-Velha (início do ano) e na 16ª edição dos *Rencontres des Cinémas D'Europe* em Aubenas, França (final do ano).

Celebração do Dia Mundial do Património Audiovisual (27 de outubro)

O contributo do CDI para a celebração do Dia Mundial do Património Audiovisual consistiu num workshop, intitulado «*When the Lights Go Out All Over Europe*», sobre os bastidores do Centro de Documentação e Informação segundo uma perspetiva histórica: a constituição das coleções (após visita às mesmas, tanto no depósito de livros como no arquivo fotográfico), políticas de aquisição, o trabalho documental (técnicas e ferramentas), produtos e serviços disponibilizados, tendo como público-alvo investigadores de cinema.

II.2.5. Publicações

Publicámos, promovemos e distribuímos o seguinte título:

ANTÓNIO DA CUNHA TELLES CONTINUAR A VIVER
Julho. (191 pp., 13 fotos p/b.)
Preço de Capa €15.00 – ISBN 978-972-619-271-8

Produzimos **O Jornal da Cinemateca.** De janeiro a dezembro produzimos 5.000 exemplares, distribuído gratuitamente em 120 locais culturais com grande afluência de público. Mantivemos o esforço para substituir o envio postal por envio eletrónico.

II.2.6. Visitantes

Em 2014, tivemos a honra de receber como convidados estrangeiros as seguintes personalidades: Amanda Kerdahi, Angela Schanelec, Ato Malinda, Barbara Kissi, Bernard Einsenschitz, Beverley Ditsie, Christoph Korn, Claire Simon, Cyril Neyrat, Ever Miranda Palácio, Filipe Afonso, Florent Guézengar, Gabe Klinger, Gabriel Thibaudeau, Gonzalo García Pelayo, Jacques Lemière, Jan Novák, Jon Jost, Jordi Sabatés, Lamberto Bava, Laurent Bocahut, Lia Viola, Lorenzo Codelli, Marcos Uzal, Mariano Bartolomeu, Martin P.

Botha, Miguel Marías, Peter Sloterdijk, Peter Weibel, bem como os nossos colegas Jose Maria Prado e Stefan Drossler.

Simultaneamente acolhemos os atores, técnicos, realizadores portugueses e personalidades representativas da comunidade cinematográfica como Alberto Seixas Santos, Alfredo Tropa, Ana Hatherly, Ann Guedes, António da Cunha Telles, António Faria, António Macedo, António-Pedro de Vasconcelos, António Victorino D'Almeida, Catarina Alves Costa, Cláudia Rita Oliveira, Duarte Azinheira, Edgar Pêra, Eduardo Geada, Eduardo Serra, Fábio Penela, Fernando Matos Silva, Filipa Reis, Filipe Araújo, Ginette Lavigne, Gonçalo Galvão Telles, João Aibéo, João Botelho, João Dias, João Lopes, João Maria Mendes, João Mário Grilo, João Matos Silva, João Miller Guerra, Joaquim Pinto, Joaquim Sapinho, Jorge Silva, José Bogalheiro, José Filipe Costa, José Nascimento, José Neves, Luís Bicudo, Luciana Fina, Luís Filipe Rocha, Luís Galvão Telles, Luis Matta de Almeida, Manuel Mozos, Manuela Serra, Mariana Plácido, Margarida Gil, Mário Moura, Miguel Gonçalves Mendes, Miguel Manso, Nuno Leonel, Pedro Barateiro, Regina Guimarães, Ricardo Costa, Ricardo Machado Rita Azevedo Gomes, Rui Simões, Saguenail, Sérgio Tréfaut, Solveig Nordlund, Susana Sousa Dias, Teresa Villaverde e Vítor Gonçalves.

II.2.7. Relações Internacionais

Em março, José Manuel Costa foi a Múrcia ao Festival IBAFF (IBN ARABI INTERNATIONAL FILM FESTIVAL) para receber o prémio honorário atribuído à Cinemateca Portuguesa. No mesmo mês participou como convidado na conferência *"Revolução e Cinema: o exemplo português"* que teve lugar em Paris. Por esta ocasião apresentou vários filmes no Festival Cinéma du Réel/BPI incluídos na secção *"Portugal 25 Abril 1974 - Uma Tentativa de Amor"*. Em maio o diretor deslocou-se à Macedónia para assistir ao Congresso da FIAF e em novembro participou como membro convidado no painel do Júri Internacional do 8º Festival de Cinema *Avant Garde*, em Atenas.

Em Julho, José Manuel Costa, Rui Machado, Luís Miguel Oliveira, Antonio Rodrigues, Maria João Madeira, Joana Ascensão e António Medeiros deslocaram-se ao Festival Cinema Ritrovato, em Bologna. Na mesma ocasião José Manuel Costa representou a Cinemateca Portuguesa na Assembleia Geral da ACE.

II.3. Divisão de Gestão

À DG estão cometidas as áreas de caráter instrumental transversais ao funcionamento de todas as atividades da CP-MC, destacando-se as seguintes:

II.3.1. Recursos Humanos e Gestão Administrativa

No âmbito da gestão de Recursos Humanos (RH) executaram-se procedimentos ao nível da gestão de faltas, férias e licenças, processamento de vencimentos e abonos, elaboração do balanço social e do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE), gestão da formação de trabalhadores, gestão da assiduidade do pessoal e elaboração dos mapas de férias por unidades orgânicas.

No âmbito da gestão administrativa destacam-se o registo de expedição de correspondência, a coordenação das tarefas do pessoal auxiliar e a organização do arquivo corrente.

II.3.2. Aprovisionamento e Património

Sendo uma unidade transversal ao funcionamento de todo o organismo, estão cometidas à DG todas as tarefas decorrentes da gestão das despesas da atividade corrente da CP-MC: encargos com as instalações, contratos de manutenção e assistência técnica, encargos com a frota automóvel, equipamento administrativo e sua manutenção, despesas de conservação, *etc.*.

Por outro lado, todas as aquisições efetuadas no âmbito do Código dos Contratos Públicos estão afetas à DG: desenvolveram-se processos de aquisição de bens e serviços indispensáveis ao regular funcionamento da CP-MC, nos termos decorrentes do regime da Contratação Pública, designadamente, Acordos-Quadro, Ajustes Diretos e Contratos.

Em 2014 o cumprimento do disposto na Lei n.º 83-C/2013 de 31de dezembro, Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2014 (art.º 73) e na Portaria n.º 48/14 de 17de janeiro, levou a um aumento significativo do trabalho nestas áreas, uma vez que os diplomas referidos implicaram a gestão de reduções remuneratórias com fornecedores, a preparação de pedidos de parecer prévio vinculativo aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública e a comunicação dos contratos celebrados (nos termos do artigo 4º da Portaria53/2014 de 3 de março)

II.3.3. Planeamento, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria

No âmbito orçamental, elaborou-se e entregou-se a Conta de Gerência de 2013, executou-se e monitorizou-se o orçamento de funcionamento de 2014 e preparou-se o orçamento de 2015. Em matéria contabilística e de tesouraria, classificaram-se as receitas e despesas (em contabilidade orçamental e no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade Pública através do Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública-SIAG), entregou-se o IVA (trimestral) e os demais mapas devidos no âmbito da atividade desenvolvida.

Foi ainda efetuada mensalmente a prestação de contas à Direção-Geral do Orçamento, através do seu *site* ou no âmbito do Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO): Compromissos Assumidos, Unidade de Tesouraria, Pagamentos em Atraso, Fundos Disponíveis, Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais e Relatório de Execução Orçamental.

Foram ainda processados os fundos de maneio da CP-MC de acordo com as normas em vigor e efetuou-se a gestão de tesouraria.

III. Quadro de Avaliação e Responsabilização

Foi apresentado QUAR para 2014.

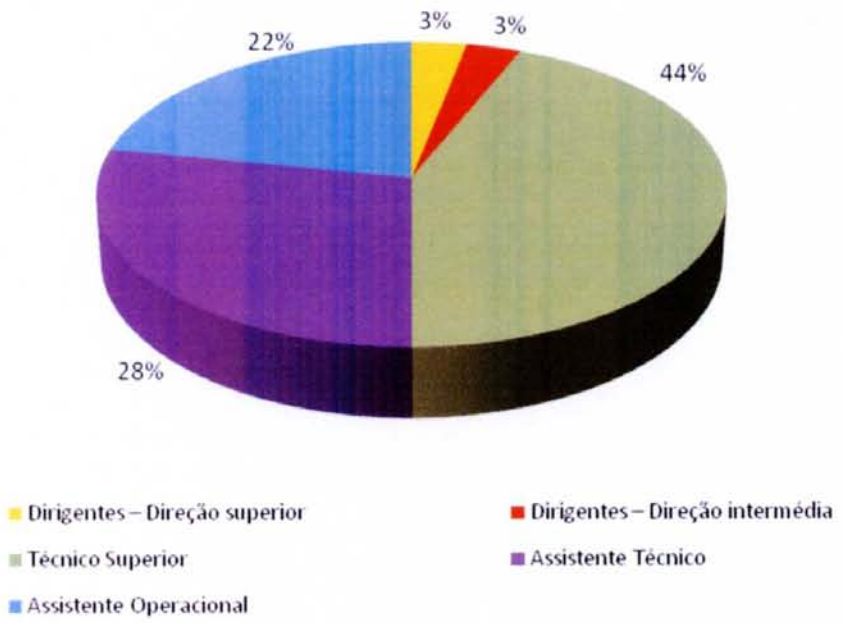
IV. Recursos utilizados

Analisam-se em seguida os Recursos Humanos e Financeiros da CP-MC em 2014.

IV.1. Recursos Humanos

No final do ano, a CP-MC tinha 64 trabalhadores (incluindo uma assistente técnica que está ausente, por acidente em serviço, há mais de 4 anos): quatro comissões de serviço e os restantes trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas, distribuídos conforme se apresenta na Figura 7:

Figura 7. Colaboradores da CP-MC em 2014



Fonte: SIOE

O escalão etário predominante é acima dos 50 anos (53%), havendo ainda 37,5% de funcionários entre os 40 e os 50 e cerca de 9,5% abaixo dos 40 anos. Em matéria de género há 55% de funcionários do sexo masculino. No que concerne os níveis de escolaridade há 63% de funcionários com escolaridade até ao 12.º ano, sendo os restantes 37% bacharelatos, licenciaturas ou mestrados.

IV.2. Recursos Financeiros

Verifica-se que em 2014 a CP-MC arrecadou mais 7% da receita total prevista, tendo arrecadado mais 11,6% de receita própria do que prevista.

Não tendo sido autorizada a integração do saldo da gerência de 2013 na posse do serviço (€118.474), este saldo encontra-se na conta da CP-MC.

O aumento da receita própria, deve-se ao aumento da receita com origem na taxa de exibição, que reverte para a CP-MC na proporção de 0,8% sobre o preço de exibição ou difusão de publicidade – a qual, face ao ano anterior, é de mais 13,9%.

Foi autorizada a aplicação do reembolso recebido do PRODER (€7.926) do adiantamento efetuado em 2013 por conta de receitas próprias, do qual só foi aplicado o montante de € 6.642.

A regra de equilíbrio orçamental foi cumprida sem dificuldade, a receita própria cobrada foi superior à orçamentada.

No período em apreciação a posição da CP-MC em relação à receita foi a que se apresenta no Quadro 1:

Quadro 1. Orçamento da receita 2014

Origem	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada
Orçamento de Funcionamento			
319 - Transferências correntes		12.521€	12.521€
510 - Receita Própria do ano	2.200.000€	2.200.000€	2.455.887€
520 - Saldos de RP transitados		118.474€	118.474€
540 - Transferências de RP entre organismos	1.300.000€	1.300.000€	1.300.000€
Subtotal	3.500.000€	3.630.995€	3.886.882€
PIDDAC			
452 – FEADER		7.927€	7.927€
Subtotal		7.927€	7.927€
Total	3.500.000	3.638.922€	3.894.809

Fonte: SIAG

Por sua vez, a situação em matéria de despesa é a sintetizada no Quadro 2:

Quadro 2. Orçamento da despesa 2014

Descrição	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido disponível	Despesa Realizada
Orçamento de Funcionamento			
319 - Transferências Correntes			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal		12.521€	12.521€
Subtotal		12.521€	12.521€
510 - Receita Própria do ano			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal	1.682.310€	1.682.310€	1.611.830€
Aquisição de Bens Serviços	325.194€	275.713€	275.043€
Outras despesas correntes	82.050€	27.750€	18.755€
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital			
Subtotal	2.089.554€	1.985.773€	1.905.628€
540 -Transferências de RP entre organismos			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal			
Aquisição de Bens e Serviços	1.077.496€	778.333€	777.426€
Outras Despesas correntes	2.000€	2.240.€	1.657€
Despesa Capital			
Aquisição de Bens de Capital	220.504€	357.803€	356.702€
Subtotal	1.300.000€	1.138.376€	1.135.785€
452-FEADER			
Despesas Correntes			
Aquisição de Bens Serviços		7.927€	6.642€
Subtotal			
Total	3.389.554€	3.144.597€	3.060.576€

Fonte: SIAG

Comparando a receita liquidada com a despesa efetuada, resultam o saldo que se apresenta no Quadro 3:

Quadro 3. Saldos Orçamentais 2014

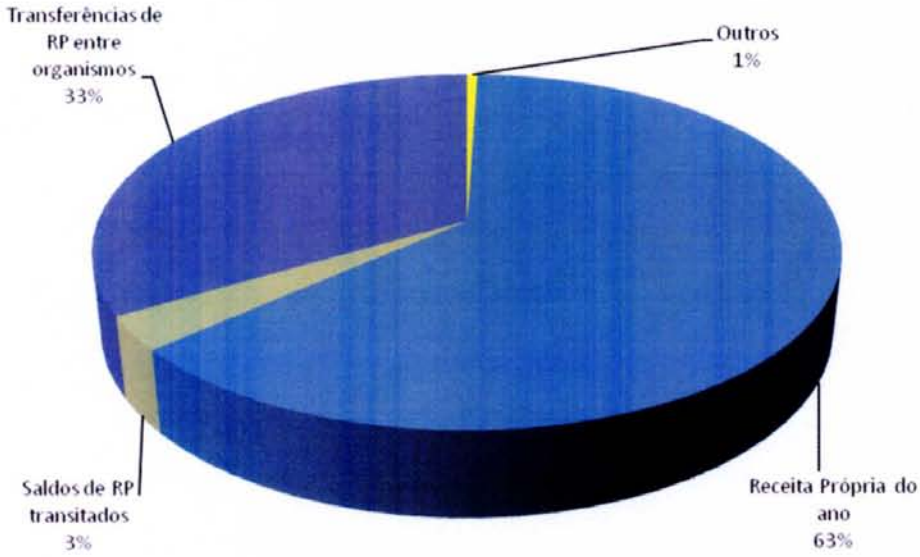
Descrição	Receitas Efetivas (a)	Despesas Efetuadas (b)	Saldo (c) = (a) – (b)
Orçamento de Funcionamento			
319 - Transferência RG entre organismos	12.521€	12.521€	
510 - Receitas Próprias	2.455.887€	1.905.628€	550.259€
520 - Saldos de RP transitados	118.474€		118.474€
540 - Transferências de RP entre organismos	1.300.000€	1.135.785€	164.215€
Subtotal	3.886.882€	3.053.934€	832.948€
PIDDAC			
452 - FEADER	7.927€	6.642€	1.285€
Subtotal	7.927€	6.642€	1.285€
Total	3.894.809€	3.060.576€	834.233€

Fonte: SIAG

As receitas foram suficientes para cobrir as despesas efetuadas – em cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. Do total de receita arrecadada transita para 2015, no orçamento de funcionamento, o valor de €834.233, o que corresponde a 21,4% da receita arrecadada. Deste valor, €118.474 representam a receita transitada de 2013, para a qual não foi autorizada execução em 2014.

As Receitas Próprias da CP-MC é a principal fonte de financiamento como se verifica na Figura 8, 63% da receita – destacando-se o produto das taxas de exibição, atribuídas nos termos definidos no artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 227/2006, de 15 de Novembro e 33% de transferências entre organismos:

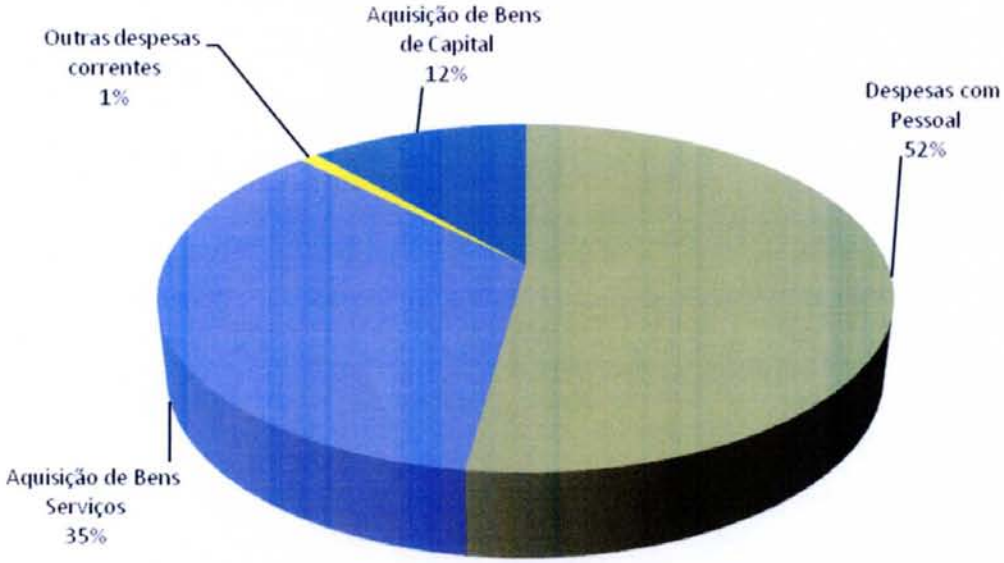
Figura 8. Origem da receita em 2014



Fonte: SIAG

A figura 9 representa a distribuição da execução por agrupamento de despesa de todas as Fontes de Financiamento:

Figura 9. Despesa por agrupamento em 2014



Fonte: SIAG

As mudanças diretivas e a inerente fase de adaptação orgânica e funcional, não impediu a CP-MC de cumprir algumas das metas traçadas, ainda que sublinhemos que a carência de outras Fontes de Financiamento que não as Receitas Próprias, tem limitado o cumprimento da missão da CP-MC, destacando-se dois objetivos, de curto prazo:

- Maior número de preservações do património fílmico português;
- Aquisição de estantes compactas para os novos depósitos climatizados do ANIM (para receção e conservação das coleções fílmicas depositadas);

* * *

Lisboa, 27 de abril de 2015

O DIRETOR

José Manuel Costa

O SUBDIRETOR

Rui Machado

V. Demonstrações Financeiras

V.1 Balanço em 31/12/2014

BALANÇO

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	ACTIVO	EXERCÍCIOS 2014 AB	2014 AP	2014 AL	2013 AL
	IMOBILIZADO:				
	Bens de domínio:				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens do domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de Instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.275.850,91	16.772,54	1.259.078,37	1.232.174,71
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		1.275.850,91	16.772,54	1.259.078,37	1.232.174,71
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	164.603,30		164.603,30	164.603,30
422	Edifícios e outras construções	17.029.593,97	5.049.938,94	11.979.655,03	12.295.026,83
423	Equipamento básico	6.280.954,18	5.947.217,81	333.736,37	237.607,08
424	Equipamento de transporte	102.606,11	102.606,11		
425	Ferramentas e utensílios	72.602,80	72.147,48	455,32	686,07
426	Equipamento administrativo	1.542.110,21	1.389.550,23	152.559,98	184.769,45
427	Taras e vasilhames				
429	Outras imobilizações corpóreas	6.901.089,17	104.162,44	6.796.926,73	6.740.632,06
442	Imobilizações em curso				5.270,46
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		32.093.559,74	12.665.623,01	19.427.936,73	19.628.595,25
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				

.../...

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	ACTIVO	EXERCÍCIOS 2014 AB	2014 AP	2014 AL	2013 AL
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios	579.373,21	515.667,61	63.705,60	60.854,88
32	Mercadorias	16.040,73	9.528,80	6.511,93	1.240,00
37	Adiantamentos por conta de compras				
		595.413,94	525.196,41	70.217,53	62.094,88
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
2812+2822	Empréstimos concedidos				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
2811+2821	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	24.369,95		24.369,95	76.274,32
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c				
214	Clientes, contribuintes e utentes - Títulos a receber				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	90.900,57	90.900,57		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268	Outros devedores	251.001,19		251.001,19	247.438,11
		366.271,71	90.900,57	275.371,14	323.712,43
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro	899.049,96		899.049,96	356.250,32
12	Depósitos em instituições financeiras				4.272,76
11	Caixa				
		899.049,96		899.049,96	360.523,08
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos e proveitos				
272	Custos diferidos	8.842,53		8.842,53	7.862,49
		8.842,53		8.842,53	7.862,49
	Total de amortizações		12.682.395,55		
	Total de provisões		616.096,98		
	Total do activo	35.238.988,79	13.298.492,53	21.940.496,26	21.614.962,84

.../...

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS 2014	2013
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	9.955.728,47	9.955.728,47
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	2.684.389,38	2.684.389,38
575	Subsídios	4.253.670,74	4.253.670,74
576	Doações		
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
59	Resultados transitados	-3.319.195,68	-3.389.997,79
88	Resultado líquido do exercício	721.178,27	70.802,11
		14.295.771,18	13.574.592,91
	PASSIVO:		
29	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312+2322	Empréstimos obtidos		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
23111+23211	Empréstimos por dívida titulada		
23112+23212+12	Empréstimos por dívida não titulada		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	397,73	100.106,71
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	440,40	440,40
223			
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	5.085,68	19.658,68
24	Estado e outros entes públicos	59.948,91	129.210,79
262+263+267+268	Outros credores		2.436,04
		65.872,72	251.852,62
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	215.838,44	210.630,80
274	Proveitos diferidos	7.363.013,92	7.577.886,51
		7.578.852,36	7.788.517,31
	Total dos fundos próprios e do passivo	21.940.496,26	21.614.962,84

Abreviaturas:
AB = Activo bruto.
AP = Amortizações e provisões acumuladas.
AL = Activo líquido.

V.2 Demonstração de Resultados em 31/12/2014

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CÓDIGO DAS CONTAS POCP		EXERCÍCIOS 2014		2013	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	13.933,57		15.085,34	
	Matérias		13.933,57		15.085,34
62	Fornecimentos de serviços externos	1.037.857,10		1.109.624,89	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.308.975,03		1.444.973,53	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões				
	Outros	323.316,78	2.670.148,91	316.283,07	2.870.881,49
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
66	Amortizações do exercício	521.895,51		504.730,32	
67	Provisões do exercício	16.557,25	538.452,76		504.730,32
65	Outros custos e perdas operacionais	9.579,73	9.579,73	8.080,25	8.080,25
	(A).....		3.232.114,97		3.398.777,40
68	Custos e perdas financeiras		433,22		200,90
	(C).....		3.232.548,19		3.398.978,30
69	Custos e perdas extraordinários		1.007,42		37.300,57
	(E).....		3.233.555,61		3.436.278,87
88	Resultado líquido do exercício		721.178,27		70.802,11
			3.954.733,88		3.507.080,98
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de mercadorias	10.668,83		10.332,38	
	Vendas de produtos	29.212,09		40.870,95	
	Prestações de serviços	110.056,44	149.937,36	122.482,91	173.686,24
72	Impostos, taxas e outros	2.196.572,52		1.924.893,25	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	11.830,50		50.805,12	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras	1.312.521,00		1.104.541,00	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	10.541,06	3.531.465,08	9.923,32	3.090.162,69
	(B).....		3.681.402,44		3.263.848,93
78	Proveitos e ganhos financeiros		17.825,26		14.838,74
	(D).....		3.699.227,70		3.278.687,67
79	Proveitos e ganhos extraordinários		255.506,18		228.393,31
	(F).....		3.954.733,88		3.507.080,98
	Resumo				
	Resultados Operacionais: (B)-(A)		449.287,47		-134.928,47
	Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)		17.392,04		14.637,84
	Resultados Correntes: (D)-(C)		466.679,51		-120.290,63
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)		721.178,27		70.802,11

VI. Anexo às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

VI.1. Caracterização da entidade

VI.1.1. Identificação

Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, IP
Rua Barata Salgueiro, 39
1269-059 Lisboa
NIPC: 501 603 409

VI.1.2. Legislação

Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril (Lei Quadro dos Institutos Públicos)

Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro (Lei Orgânica do Ministério da Cultura) e Decreto-Lei n.º 126-A/2011 (Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros)

Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2010, de 7 de junho (Lei Orgânica da CP-MC)

Portaria n.º 374/2007, de 30 de março, alterada pela Portaria n.º 560/2010, de 23 de julho (Estatutos da CP-MC)

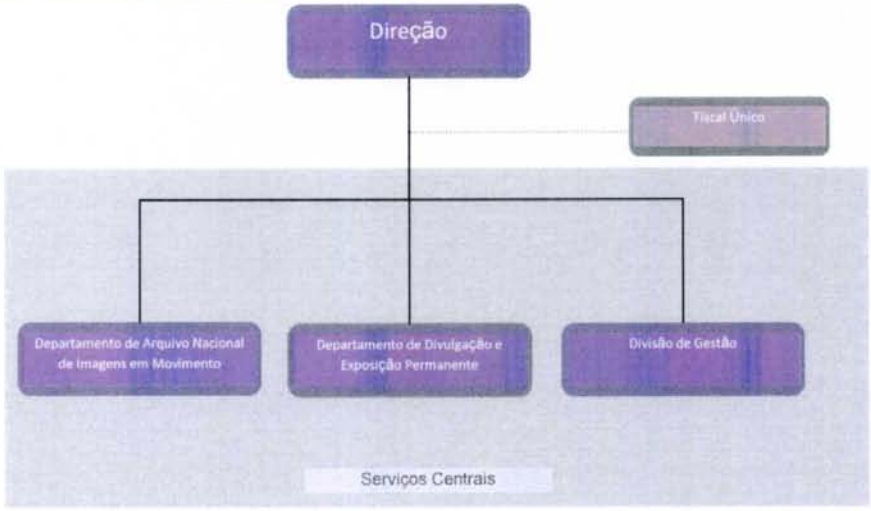
Despacho n.º 2079/2011, de 28 de janeiro (nomeação do Revisor Oficial de Contas da CP-MC)

Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 setembro (posteriormente suspenso pelo artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março)

Despacho nº 2930/2014, de 21 de Fevereiro (nomeação do Diretor)

Despacho nº 2932/2014, de 21 de Fevereiro (nomeação do Subdiretor)

VI.1.3. Estrutura Organizacional



VI.1.4. Atividades

A CP-MC tem por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

VI.1.5. Recursos Humanos

Recursos Humanos	Número
Dirigentes – Direção superior	2
Dirigentes – Direção intermédia	2
Técnico Superior	28
Assistente Técnico	18
Assistente Operacional	14
TOTAL	**64**

VI.1.6. Organização Contabilística

A CP-MC dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Plano de Contas, seguindo os princípios e demais critérios definidos no POCP, instituído pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

A CP-MC tem atualmente o sistema informático de gestão SIAG, que proporciona a gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais e correspondente execução orçamental. Permite ainda a obtenção dos documentos de prestação de contas de acordo com as instruções do Tribunal de Contas e da Direção-Geral do Orçamento.

Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade. Os registos são objeto de conferência através do cruzamento da informação registada no sistema informático, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental com *outputs* extraídos da contabilidade patrimonial. Estes registos são ainda revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, extratos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.

Todas as compras são conferidas e controladas no ato de receção e toda a faturação (recebida e emitida) é controlada pelos intervenientes.

Os serviços de contabilidade são únicos e estão organizados de forma centralizada sendo parte integrante da Divisão de Gestão.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, os Institutos Públicos (natureza jurídica atribuída, a partir de 1 de abril de 2007, à CP-MC sua Lei Orgânica – Decreto-Lei n.º 94/2007 de 29 de março) aplicam o POCP.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no POCP e os mapas elaborados são apresentados em euros, exceto quando mencionado o contrário. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

VI.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Balanço da CP-MC apresenta em 2014 um aumento de cerca de 1,5% relativamente a 2013.

De salientar que a conta "Existências" registou um acréscimo relativamente a 2013, refletindo os aumentos verificados na conta "Produtos Acabados e Intermédios", bem como a redução na Conta "Dividas de Terceiros-Curto Prazo" refletindo a diminuição na conta "Clientes c/c".

A diferença das contas Resultados Líquidos de €70.802,11 em 2013 para € 721.178,27 em 2014, deve-se efeito conjugado do aumento do total dos proveitos e ganhos em 2014 na ordem dos 13% com a diminuição dos custos e perdas em , aproximadamente 6,9%.

No exercício de 2014 apurou-se um Resultado Líquido de € 721.178,27, representando este valor um aumento significativo relativamente ao ano 2013.

No que respeita ao Passivo, o mesmo apresentou em 2014 uma redução face a 2013, resultante da variação na Rubrica "Acréscimos e Diferimentos" aproximadamente de 53% e, em "Dividas a terceiros de curto prazo" em cerca de 47%.

Numa análise aos Resultados Operacionais, conclui-se que estes tiveram uma alteração significativa face a 2013 de -€134.928,47 para €449.287,47 – derivado do aumento dos proveitos operacionais em € 417 553 e da redução dos gastos operacionais em € 166.662.

VI.2.1. Principais políticas e critérios contabilísticos

Especialização de exercícios: Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.
Vendas e prestações de serviços: As rubricas de vendas e prestações de serviços refletem as Receitas Próprias da CP-MC, provenientes das taxas recebidas, da venda de publicações e dos demais serviços prestados no âmbito da cedência de imagens e de cópia de filmes, a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Imobilizações corpóreas e amortizações: os bens do imobilizado encontram-se registados ao custo de aquisição. A CP-MC calcula as amortizações pelo método das quotas constantes conforme definido na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que definiu o regime de Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Inventário: em 2014 manteve-se o registo do inventário, o qual é efetuado segundo as normas do CIBE, estando elaboradas relativamente aos ativos expressos nas demonstrações financeiras todos os mapas previstos na legislação em vigor.

Acréscimos e diferimentos: o valor das férias, subsídios de férias e respetivos encargos vencidos em 2014 e a pagar em 2015 encontram-se registados em acréscimos de custos com base em estimativas.
Em proveitos diferidos encontra-se registada a parte por amortizar respeitante ao subsídio ao investimento.

Pessoal: em 31 de dezembro de 2014 as despesas com o pessoal ascendem a cerca de €1. 632. 292 Valor cerca de 7,3% inferior ao montante apurado no exercício anterior. Esta diferença deve-se essencialmente à não ocupação do posto de trabalho de um dirigente intermédio e um assistente técnico.

VI.2.2. e VI.2.3. Movimentos no ativo imobilizado

MAPA ATIVO BRUTO

Ativo bruto: a CP-MC aumentou o seu ativo bruto em €235.523,8 – essencialmente pela aquisição de bens corpóreos, designadamente equipamento básico e outras imobilizações corpóreas (traduções, livros).

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES E AJUSTAMENTOS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANF. E ABATES	SALDO FINAL
Bens de dominio público						
Terrenos e recursos naturais						
Edificios						
Outras construções e infra-estruturas						
Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar						
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de dominio público						
Imobilizações em curso de bens de dominio público						
Adiantamentos por conta de bens de dominio público						
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos	1.246.457,78		29.393,13			1.275.850,91
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas						
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
	1.246.457,78		29.393,13			1.275.850,91
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	164.603,30					164.603,30
Edificios e outras construções	17.029.593,97					17.029.593,97
Equipamento básico	6.052.402,46		228.551,72			6.280.954,18
Equipamento de transporte	102.606,11					102.606,11
Ferramentas e utensílios	72.602,80					72.602,80
Equipamento administrativo	1.597.885,47		27.448,50		83.223,76	1.542.110,21
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	6.833.071,41		68.017,76			6.901.089,17
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	5.270,46				5.270,46	
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
	31.858.035,98		324.017,98		88.494,22	32.093.559,74
Investimentos financeiros						
Partes de capital						
Obrigações e titulos de participação						
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras						
Imobilizações em curso de investimentos financeiros						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
Total:	33.104.493,76		353.411,11		88.494,22	33.369.410,65

MAPA AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
De investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
De imobilizações corpóreas	12.229.448,75	436.192,28	0,00	12.665.623,01
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	4.734.567,14	315.371,80	0,00	5.049.938,94
Equipamento básico	5.814.795,38	132.422,43	0,00	5.947.217,81
Equipamento de transporte	102.606,11	0,00	0,00	102.606,11
Ferramentas e utensílios	71.916,73	230,75	0,00	72.147,48
Equipamento administrativo	1.413.116,02	-23.565,79	0,00	1.389.550,23
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	92.439,35	11.723,09	0,00	104.162,44
De imobilizações incorpóreas	14.283,07	2.489,47	0,00	16.772,54
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos	14.283,07	2.489,47	0,00	16.772,54
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas				
Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
Bens de património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
Propriedades para investimentos financeiros				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Outras aplicações financeiras				
Total...	12.243.731,82	438.681,75	0,00	12.682.395,57

Amortizações: As amortizações do exercício 2014 apresentam um aumento face a 2013 de cerca de **13%**, devendo-se sobretudo aos abates de equipamento administrativo.

VI.2.4. Movimentos das provisões

MAPA PROVISÕES

CÓDIGO DAS CONTAS	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
1.9	Provisões para aplicações de tesouraria				
2.9.1	Para cobranças duvidosas	89.893,15	1.007,42	0,00	90.900,57
2.9.2	Para riscos e encargos				
3.9	Provisões para depreciação de existências	517.186,75	26.086,05	18.076,39	525.196,41
4.9	Provisões para investimentos financeiros				
	Total...	607.079,90	27.093,47	18.076,39	616.096,98

Provisões: durante 2014 as *Provisões para Depreciação de Existências* aumentaram em €8.009,66.

As *Provisões para Cobranças Duvidosas* aumentaram €1.007,42.

VI.2.5. Movimentos em rubricas de fundos próprios

MAPA FUNDOS PRÓPRIOS

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS 2014	EXERCÍCIOS 2013
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	9.955.728,47	9.955.728,47
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	2.684.389,38	2.684.389,38
575	Subsídios	4.253.670,74	4.253.670,74
576	Doações		
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
59	Resultados transitados	-3.319.195,69	-3.389.997,79
88	Resultado líquido do exercício	721.178,27	70.802,11
		14.295.771,18	13.574.592,91

No exercício de 2014 apurou-se um Resultado Líquido de €721.178,27, representando este número um aumento substancial relativamente ao resultado de 2013.

VI.2.6. Demonstração dos Resultados financeiros

MAPA DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS FINANCEIROS

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2014	2013			2014	2013
6.8.1	Juros suportados	0,00	0,00	7.8.1	Juros obtidos	0,00	0,00
6.8.2	Perdas em empresas filiais e associadas	0,00	0,00	7.8.2	Ganhos em empresas filiais e associadas	0,00	0,00
6.8.3	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	7.8.3	Rendimentos de imóveis	17.821,19	14.784,28
6.8.4	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	7.8.4	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
6.8.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis	299,49	26,28	7.8.5	Diferenças de câmbio favoráveis	4,07	54,46
6.8.7	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	7.8.6	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
6.8.8	Outros custos e perdas financeiros	133,73	174,62	7.8.7	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
8.2	Resultados financeiros	17.392,04	14.637,84	7.8.8	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		17.825,26	14.838,74			17.825,26	14.838,74

Os Custos e Perdas Financeiros do exercício de 2014 dizem respeito, essencialmente, a diferenças de câmbio e a correções ao exercício do ano anterior; os Proveitos e Ganhos refletem essencialmente os rendimentos de imóveis da CP-MC no exercício de 2014.

VI.2.7. Demonstração dos Resultados Extraordinários

MAPA DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2014	2013			2014	2013
6.9.1	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	7.9.1	Restituição de impostos	0,00	0,00
6.9.2	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	7.9.2	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
6.9.3	Perdas em existências	0,00	0,00	7.9.3	Ganhos em existências	0,00	0,00
6.9.4	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	7.9.4	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
6.9.5	Multas e penalidades	0,00	0,00	7.9.5	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
6.9.6	Aumentos de amortizações e provisões	1.007,42	37.300,57	7.9.6	Redução de amortizações e de provisões	8.547,59	3.020,00
6.9.7	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00	7.9.7	Correcções relativas a exercícios anteriores	24.159,54	191,36
6.9.8	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	0,00	7.9.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	222.799,05	225.181,95
8.4	Resultados Extraordinários	254.498,76	191.092,74				
		255.506,18	228.393,31			255.506,18	228.393,31

Os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários do exercício de 2014 são referentes à imputação da quota-parte dos subsídios de investimento em função das amortizações dos respetivos ativos imobilizados.

VI.3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

O ano de 2014 foi marcado pela redução da despesa a nível do Fornecimento e Serviços Externos.

Os custos com Pessoal sofreram uma diminuição em relação a 2013 devido à não ocupação do posto de um dirigente intermédio e um assistente técnico.

Verificou-se, contudo, um acréscimo na receita cobrada no Orçamento de Funcionamento (Fonte de Financiamento 510), quando comparada com anos anteriores (face a 2013, o aumento foi de 13,9%).

Este aumento justifica-se, conforme anteriormente referido, pelo aumento da taxa de exibição entregue à CP-MC.

Parte da despesa foi suportada pela fonte de financiamento 540, que corresponde a aproximadamente 33% da receita cobrada no ano.

VI.3.1. Mapas de Execução Orçamental

VI.3.1.1. Controlo Orçamental da Despesa

Origem	Orçamento		Despesa Realizada
	Inicial	Corrigido Disponível	
Orçamento de Funcionamento			
319-Transferência de RG entre organismos			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal		12.521 €	12.521 €
510-Receita Própria do ano			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal	1.682.310 €	1.682.310 €	1.611.830 €
Aquisição de Bens Serviços	325.194 €	275.713 €	275.043 €
Outras despesas correntes	82.052 €	27.750 €	18.755 €
Subtotal	2.089.556 €	1.985.773 €	1.905.628 €
540-Transferências de RP entre organismos			
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal			
Aquisição de Bens Serviços	1.077.496 €	778.333 €	777.426 €
Outras despesas correntes	2.000 €	2.240 €	1.657 €
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	220.504 €	357.803 €	356.702 €
Subtotal	1.300.000 €	1.138.376 €	1.135.785 €
PIDDAC			
452-FEADER			
Despesas Correntes			
Aquisição de Bens Serviços		7.927 €	6.642 €
Subtotal		7.927 €	6.642 €
Total	3.389.556 €	3.144.597 €	3.060.576 €

VI.3.1.2. Controlo Orçamental da Receita

Origem	Orçamento		Receita Cobrada
	Inicial	Corrigido	
Orçamento de Funcionamento			
319-Transferênciaa RG entre organismos		12.521 €	12.521 €
510-Receita Própria do ano	2.200.000 €	2.200.000 €	2.455.887 €
520-Saldos de RP transitados		118.474 €	118.474 €
540-Transferências de RP entre organismos	1.300.000 €	1.300.000 €	1.300.000 €
Subtotal	3.500.000 €	3.630.995 €	3.886.882 €
PIDDAC			
452-FEADER		7.927 €	7.927 €
Subtotal		7.927 €	7.927 €
Total	3.500.000 €	3.638.922 €	3.894.809 €

VI.3.1.3. Fluxos de Caixa

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS			
CAPª	GRPª	ARTº					AGRª	SAGRª	RUBª				
										Despesas de fundos próprios:			
			Saldo da gerência anterior:							Dotações orçamentais (OE):			
			Execução orçamental - Fundos próprios:							Correntes:			
			De dotações orçamentais (OE)							FUNCIONAMENTO			
			De receitas próprias:				01	02	12	Indemnizações por cessação de funções	12.521,00		12.521,00
			Na posse do serviço	118.473,63	118.473,63	118.473,63				Capital:			
			Na posse do Tesouro							FUNCIONAMENTO			
			De receita do Estado - Fundos alheios			89.234,09				Extra-orçamentais::			
			De operações de tesouraria - Fundos alheios			29.895,73				FUNCIONAMENTO			
			Descontos em vencimentos e salários - Retenção no Tesouro:										
			De receita do Estado							I - Total da despesa por c/ OE			12.521,00
			De operações de tesouraria										
										Desp. orç. c/ comp. em receita própria , c/ ou s/ transição de saldos:			
			I - Total do saldo da gerência na posse do serviço			237.603,45				Correntes:			
										FUNCIONAMENTO			
			Receitas de fundos próprios:				01	01	02	Orgãos sociais	84.957,69		
			Dotações orçamentais (OE):				01	01	03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	917.707,54		
			Correntes:				01	01	11	Representação	22.077,01		
			FUNCIONAMENTO				01	01	13	Subsídio de refeição	61.470,92		
06	03	01	Estado.	12.521,00		12.521,00	01	01	14	Subsídio de férias e de Natal	185.005,26		
			Capital:				01	01	15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	6.008,46		
			FUNCIONAMENTO				01	02	02	Horas extraordinárias	2.471,78		

.../...

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS			
CAPª	GRPª	ARTª					AGRª	SAGRª	RUBª				
			Extra-orçamentais:				01	02	04	Ajudas de custo	1.883,62		
			FUNCIONAMENTO				01	02	11	Subsídio de turno	17.205,24		
			Receitas próprias:				01	02	12	Indemnizações por cessação de funções	2.040,39		
			Correntes:				01	02	14	Outros abonos em numerário ou espécie	7.812,05		
			FUNCIONAMENTO				01	03	01	Encargos com a saúde	10.916,18		
04	01	99	Taxas diversas.	2.193.009,44			01	03	03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.019,16		
05	11	01	Ativos incorpóreos	61.500,00			01	03	04	Outras prestações familiares	2.157,12		
06	03	06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados.	7.926,46			01	03	05	Contribuições para a segurança social	279.808,83		
06	03	07	Serviços e Fundos Autónomos.	1.300.000,00			01	03	10	Outras despesas de segurança social	9.288,96		
07	01	03	Publicações e impressos.	5.009,35			02	01	01	Matérias-primas e subsidiárias	107.044,56		
07	01	11	Produtos acabados e intermédios.	36.295,12			02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	4.641,20		
07	01	99	Outros.	641,12			02	01	04	Limpeza e higiene	4.166,63		
07	02	08	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.	106.167,69			02	01	08	Material de escritório	11.960,73		
07	02	99	Outros.	23.141,28			02	01	15	Prémios condecorações e ofertas	1.067,46		
07	03	02	Edifícios.	18.943,14			02	01	16	Mercadorias para a venda	4.263,18		
08	01	99	Outras.	11.180,47		3.763.814,07	02	01	17	Ferramentas e utensílios	193,23		
			Capital:				02	01	21	Outros bens	24.680,31		
			FUNCIONAMENTO				02	02	01	Encargos das instalações	201.413,36		
			Extra-orçamentais:				02	02	02	Limpeza e higiene	98.581,92		
			FUNCIONAMENTO				02	02	03	Conservação de bens	117.373,51		
							02	02	08	Locação de outros bens	21.374,42		
			II - Total das receitas de fundos próprios			3.776.335,07	02	02	09	Comunicações	21.315,62		

.../...

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS		
CAPº	GRPº	ARTº					AGRº	SAGRº	RUBº			
			Total das receitas do exercício (I + II)			4.013.938,52	02	02	10	Transportes	36.282,64	
							02	02	11	Representação dos serviços	4.729,76	
			III - Total recebido do Tesouro em c/ receitas próprias				02	02	12	Seguros	14.326,11	
			IV - Total de recebimentos do exercício (I + II + III)			4.013.938,52	02	02	13	Deslocações e estadas	8.005,64	
							02	02	15	Formação	2.736,69	
			Imp. retidas p/ entrega ao Estado ou outras ent. - Fundos alheios:				02	02	17	Publicidade	11.784,10	
			Receita do Estado	327.499,08			02	02	18	Vigilância e segurança	162.920,42	
			Operações de tesouraria	438.343,77	765.842,85	765.842,85	02	02	19	Assistência técnica	57.166,52	
							02	02	20	Outros trabalhos especializados	132.586,04	
			V - Total das retenções de fundos alheios			765.842,85	02	02	25	Outros serviços	10.497,01	
							04	09	03	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais	3.750,00	
			Descontos em vencimentos e salários:				06	02	01	Impostos e taxas	15.005,31	
			Receita do Estado	262.080,70			06	02	02	Activos incorpóreos	1.223,85	
			Operações de tesouraria	423.421,68			06	02	03	Outras	433,22	2.691.353,65
										Capital:		
										FUNCIONAMENTO		
							07	01	07	Equipamento de informática	14.891,21	
							07	01	09	Equipamento administrativo	11.309,20	
							07	01	10	Equipamento básico	230.633,01	
							07	01	11	Ferramentas e utensílios	1.559,54	
							07	01	12	Artigos e objectos de valor	62.907,85	
							07	01	13	Investimentos incorpóreos	35.400,98	356.701,79

.../...

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS				
CAPº	GRPº	ARTº					AGRº	SAGRº	RUBº					
										Extra-orçamentais::				
										FUNCIONAMENTO				
										II - Total da despesa por c/ receitas próprias				3.048.055,44
										Total da despesa do exercício (I + II)				3.060.576,44
										III - Total da entrega ao Tesouro em c/ receita própria				
										Total de pagamentos do exercício (I + II + III)				3.060.576,44
										Importâncias entregues ao Estado ou outras entidades - Fundos alheios:				
										Receita do Estado		375.787,61		
										Operações de tesouraria		444.367,36	820.154,97	820.154,97
										Descontos em vencimentos e salários:				
										Retidos na fonte e considerados pagos:				
										Receita do Estado	262.080,70			
										Operações de tesouraria	423.421,68			
										V - Total da despesa de fundos alheios				820.154,97
										Saldo para a gerência seguinte:				
										Execução orçamental - Fundos próprios:				
										De dotações orçamentais (OE)				

.../...

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS			
CAPª	GRPª	ARTª					AGRª	SAGRª	RUBª				
										De receitas próprias:			
										Na posse do serviço	834.232,26	834.232,26	834.232,26
										Na posse do Tesouro			
										De receita do Estado - Fundos alheios			40.945,56
										De operações de tesouraria - Fundos alheios			23.872,14
										Descontos em vencimentos e salários - Retenção no Tesouro:			
										Receita do Estado			
										Operações de tesouraria			
										VI - Total do saldo da gerência na posse do serviço			899.049,96
					TOTAL	4.779.781,37						TOTAL	4.779.781,37

VII. Balanço Social 2014

(Em anexo)